

A Comissão da Verdade andreense realizou sua primeira oitiva na manhã desta quarta-feira (16/04), no Plenário da Câmara de Santo André. A mesa diretora foi composta pelo presidente da comissão, vereador José Montoro Filho, Montorinho (PT); pelo parlamentar Almir Cicote (PSB); pelo secretário de Governo, João Avamileno; e pelo deputado estadual Adriano Diogo (PT-SP), que também preside a Comissão da Verdade na Assembleia Legislativa. Os depoimentos tiveram início às 9h e se encerraram por volta das 12h. O primeiro a ser ouvido foi Isaias da Cunha, presidente da Associação dos Metalúrgicos aposentados de Santo André. Em seguida foi a vez do secretário de Finanças, Antonio Carlos Granado. Também foi ouvido um dos criadores do Memorial da Resistência do ABC Paulista e perseguido político, Elias Stain. A reunião foi encerrada com o testemunho do advogado Francisco Bezerra, o Chiquinho.

Stain contou que, em 1972, fez parte da primeira chapa para retirar os interventores que a Ditadura tinha colocado. Na época, chegaram a fazer greve e decidiram não fazer hora extra. “O nosso objetivo era conscientizar o trabalhador sobre a importância de um sindicato. Mais de 500 operários foram torturados pelo desemprego e pela depressão”, ressaltou. Vale lembrar que, durante o golpe militar, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) enviava ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops) – um dos órgãos repressores criados pelo regime – a ficha dos trabalhadores que militavam em movimentos sociais.

Chiquinho, ainda muito jovem, se instalou nas dependências da Vila Palmares. Ele não chegou a ser torturado ou preso político pela Ditadura, mas foi perseguido, assim como tantos outros. “Essa comissão via resgatar a história de 1946 a 1988. O golpe civil-militar parou no tempo. As reformas de base até hoje não aconteceram. Temos que continuar no resgate da história, por meio de pessoas que vivenciaram tudo isso”, afirmou o advogado que, também, faz parte de comissão que denuncia o genocídio recorrente nas periferias contra jovens e negros.

Para o deputado estadual, a Comissão da Verdade andreense demonstra seriedade e organização. Segundo Diogo, a comissão começou a se organizar ao mesmo tempo em que setores empresariais e golpistas também se estabeleciam. “A situação do País é da maior gravidade. Vivemos um momento pré-golpe. Tenho acompanhado, também, os relatos da Comissão da Verdade em Diadema. O ABC é um lugar onde os depoimentos têm muita força. Foi aqui que se deu o golpe mortal à Ditadura. Vamos contribuir com o que for necessário”, explicou. Diogo lembrou que, durante o regime, foi notificado cerca de 500 assassinatos e, aproximadamente, 800 mil pessoas presas e torturadas.

Ditaduras no Cone Sul

Durante discurso, o secretário Avamileno se referiu ao evento “Ditaduras no Cone Sul – 50 Anos Depois”, a ser realizado nos dias 9 a 11 de maio, no Teatro Municipal de Santo André, promovido por dirigentes sindicais da região, pelo Centro de Memória do Grande ABC e pelo prefeito de Santo André, Carlos Grana (PT).

O objetivo do evento é não deixar esquecida a data dos 50 anos do golpe civil-militar brasileiro de 1964 e as relações dos militares brasileiros com os outros ditadores dos países do Cone Sul. O evento abordará a memória, democracia e fatos marcantes da época. “Eu passei um período até meio desanimado, pensando que a imagem de nossos companheiros exilados e sacrificados estivesse esquecida. No auge da Ditadura eu tinha 19 anos de idade, mas acompanhei diversos processos, inclusive no chão de fábrica, organizando os trabalhadores”, contou.

Novos depoimentos

O vereador Montorinho ressaltou que a ideia para as próximas oitivas é que elas possam ser feitas na casa do próprio depoente. O padre operário José Mahon será um dos próximos a ser ouvido. Ele também esteve presente na primeira oitiva da comissão, mas apenas como espectador. Também será ouvido o padre Rubens Chasseraux, preso em cinco ocasiões e torturado pelo delegado Sérgio Fleury. “A comissão avaliará se é viável colher os depoimentos na casa da pessoa. Dessa forma, o depoente fica mais tranquilo e pode se soltar mais”, observou Montorinho.

A comissão da cidade é presidida pelo vereador Montorinho (PT), e composta pelos membros Almir Cicote (PSB); Bahia (DEM); Edson Sardano (PTB); e Toninho de Jesus (SDD). A Comissão Nacional da Verdade foi instituída em 16 de maio de 2012 e tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O Regime Militar foi instaurado pelo golpe de 1º de abril de 1964, quando as Forças Armadas do Brasil derrubaram o governo do presidente eleito democraticamente João Goulart, e terminou quando José Sarney assumiu o cargo de presidente – data em que o País foi redemocratizado e teve início a Nova República.

